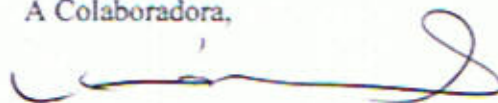


Ana Verónica de Matos Ferreira Chalaça Concha Bernardo, *colaboradora com o número de registo na Ordem dos Notários 50/2, no uso de poderes que me foram delegados pela Notária, Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves, autorização concedida em 31 de Janeiro de 2011, nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 26/2004 de 4 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 15/2011 de 25 de Janeiro, em 31 de Janeiro de dois mil e onze*, certifico que a presente fotocópia foi extraída da escritura lavrada neste Cartório, certifico que a presente fotocópia foi extraída da escritura lavrada neste Cartório, de folhas oitenta e seis a folhas oitenta e seis verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número **Trezentos e Sessenta e Três e Documento Complementar**, tem **vinte e cinco** folhas e está conforme o original. _____

Cartório Notarial de Lisboa a cargo da Notária Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves em **dezassete de Outubro** de dois mil e onze.

A Colaboradora,



CONTA:

Artº 10 nº 7	60.91 €
Iva à taxa de 23%	14.01 €
Total	74.92 €

São: setenta e quatro euros e noventa e dois centimos

Conta Reg. sob o nº 299

Foi emitido recibo





RC **ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS**

___ No dia dezassete de Outubro de dois mil e onze, no Cartório Notarial de Lisboa, perante mim Licenciada Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves, notária do referido cartório, compareceu como outorgante: _____

___ **JORGE ATAÍDE COELHO ANTÃO**, casado, natural da freguesia de Anjos, concelho de Lisboa, residente na Rua de São Bartolomeu, número 127, Vila Nova de Gaia; _____

___ que outorga na qualidade de presidente da associação denominada **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ**, com sede no território nacional, NIPC 501 617 078, constituída por escritura de vinte e dois de Abril de mil novecentos e oitenta e seis, lavrada a folhas setenta e cinco verso e seguintes do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Três-N do Vigésimo Segundo Cartório Notarial de Lisboa; _____

___ o qual tem poderes para o acto, tendo verificado a qualidade e os poderes que legitimam a sua intervenção neste acto através das públicas-formas extraídas da acta da assembleia geral número oito barra dois mil e dez, que documentou a reunião daquele órgão social que teve lugar no dia dezanove de Dezembro de dois mil e dez, acta número um barra dois mil e dez e do auto de posse dos membros dos órgãos sociais em exercício, documentos que apresentou e se **arquiva**. _____

___ **DISSE O OUTORGANTE, na qualidade em que outorga:** _____

___ Que, em execução da deliberação tomada na assembleia geral da sua representada na referida reunião de dezanove de Dezembro de dois mil e dez, documentada pela acta atrás mencionada, altera integralmente os estatutos da mesma, substituindo-os pelos constantes do documento complementar elaborado de acordo com o preceituado no número 2 do artigo 64º do Código do Notariado, cujo

212

conteúdo declara conhecer perfeitamente, que se arquivou. _____
___ ASSIM O DISSE E OUTORGOU _____
___ ARQUIVA-SE: _____
___ As referidas públicas-formas das actas e do auto de posse; _____
___ O referido documento complementar. _____
___ Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do seu passaporte
número J475936 de 01/02/2008, emitido pelo Governo Civil do Porto. _____
___ Esta escritura foi lida ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo.

Yonatan de Gellhos
A notaria,
fazia feita a declaração das 2000
com registada sob o nº 299/2008

363 86
121 330

PA. 1
Fatebal
13
14/4

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do código do notariado, que faz parte integrante da escritura lavrada em dezassete de Outubro de dois mil e onze. _____

**ESTATUTOS DA
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ**

**CAPÍTULO I
PRINCÍPIOS ORGANIZATÓRIOS**

Artigo 1.º

Fundação e duração

A Federação Portuguesa de Xadrez, também adiante designada pela sigla FPX, foi fundada no dia 22 de Janeiro de 1927, em Lisboa, por tempo indeterminado. _____

Artigo 2.º

Sede e símbolos

A FPX tem a sua sede na Rua Frei Francisco Foreiro, n.º 2, 4.º esquerdo, 1150-166 Lisboa, e tem como símbolos a bandeira e o emblema aprovados pela Assembleia Geral. _____

Artigo 3.º

Natureza e âmbito

- 1 - A FPX é uma pessoa colectiva constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos. _____
- 2 - A Federação exerce a sua acção, em todo o território nacional, sobre os praticantes, os técnicos, os árbitros, os clubes e suas associações de âmbito territorial ou nacional, que a integram. _____
- 3 - Consideram-se técnicos os treinadores de diversos graus e os monitores, reconhecidos pela Federação. _____
- 4 - Consideram-se associações territoriais de clubes aquelas que exercem a sua actividade num distrito ou numa região, bem assim como as associações das

Art. 2
Faltado
Luis Aug

Regiões Autónomas que exerçam a sua actividade nos Açores ou na Madeira, sem circunscrições distritais ou geográficas em cada uma dessas Regiões Autónomas.

5 - Para prosseguir os objectivos definidos no artigo seguinte, a FPX rege-se pelo presente estatuto e pelos regulamentos publicados no seu sítio na Internet, nomeadamente o eleitoral, o de filiação, o de competições, o antidopagem, o das representações nacionais e o disciplinar. _____

Artigo 4.º

Finalidades

A FPX tem por finalidades: _____

- a) Promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática do xadrez e das suas variantes, designadamente através da atribuição de títulos desportivos e da organização das selecções nacionais; _____
- b) Representar, perante a Administração Pública e entidades privadas, os interesses dos seus filiados; _____
- c) Representar o xadrez e as suas variantes junto das organizações desportivas internacionais em que se encontre filiada; _____
- d) Assegurar a participação competitiva das selecções nacionais; _____
- e) Fomentar e apoiar a formação de praticantes, técnicos, árbitros e dirigentes do xadrez; _____
- f) Promover o intercâmbio com as suas congéneres estrangeiras. _____

Artigo 5.º

Apoio ao desenvolvimento regional da modalidade

1 - Para atenuar as assimetrias na implementação da modalidade no território nacional e incrementar o seu desenvolvimento regional, será obrigatoriamente inscrita no orçamento uma verba destinada para esse fim, que será gerida pelas associações territoriais de clubes. _____

A.S.
Futebol
14/1/2017

a2) Havendo, as duas associações territoriais envolvidas concordem com isso, não sendo este acordo revogável enquanto o clube assim o deseje. _____

b) No caso dos praticantes, na associação territorial através da qual o clube respectivo se encontre filiado ou directamente na FPX se se tratar de praticante sem clube; _____

c) Aos técnicos e árbitros que possuam a qualidade de praticante aplica-se o regime previsto na alínea anterior; os que não se filiarem como praticantes apresentam o seu pedido numa associação territorial à sua escolha. _____

4 - Sob proposta da Direcção ou de um sócio, a Assembleia Geral pode atribuir, a título meramente honorífico: _____

a) A distinção de "sócio de mérito", às pessoas singulares ou colectivas cujo desempenho ou actividade tenha contribuído de forma notável para o prestígio do xadrez nacional; _____

b) A distinção de "sócio honorário", às pessoas singulares ou colectivas que, a nível nacional, tenham prestado serviços relevantes à modalidade. _____

Artigo 9.º

Direitos e deveres dos sócios

1 - São, nomeadamente, direitos dos sócios: _____

a) Participar no processo eleitoral dos delegados à Assembleia Geral, nos termos do Regulamento Eleitoral; _____

b) Tomar parte das competições oficiais organizadas pela FPX ou sob a sua égide, nos termos definidos pelos regulamentos; _____

c) Reclamar e recorrer dos actos dos órgãos sociais que julguem lesivos dos seus interesses. _____

2 - Todos os sócios têm o dever de cumprir e fazer cumprir os estatutos e demais regulamentos da FPX, devendo designadamente: _____

a) Pagar a quota de filiação e outras taxas regulamentares; _____

11.6
Participação
11.8.9
11.14.7

- b) Cumprir as deliberações dos órgãos sociais da FPX, sem prejuízo do disposto na alínea c) do número anterior; _____
- c) Zelar pela boa reputação da modalidade, colaborando nas actividades promocionais organizadas pela FPX. _____

Artigo 10.º

Detentores de títulos honoríficos

O artigo anterior não é aplicável aos "sócios de mérito" nem aos "sócios honorários". _____

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11.º

Órgãos sociais

As atribuições da FPX previstas no artigo 4.º são prosseguidas através dos seguintes órgãos sociais: _____

- a) Assembleia Geral; _____
- b) Presidente; _____
- c) Direcção; _____
- d) Conselho Fiscal; _____
- e) Conselho de Disciplina; _____
- f) Conselho de Justiça; e _____
- g) Conselho de Arbitragem. _____

Artigo 12.º

Elegibilidade e incompatibilidades

1 - São elegíveis para os órgãos da FPX as pessoas singulares de maior idade não afectadas por qualquer incapacidade de exercício, que não sejam devedoras da

11.7
Fedeção
25/1/2017

Federação nem tenham sido punidas por infrações de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, e que não tenham sido punidas por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em federações desportivas ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhes tiver sido aplicada por decisão judicial. _____

2 - É incompatível com o exercício de qualquer cargo em órgão social da FPX: _____

a) O exercício de outro cargo nos órgãos sociais da Federação; _____

b) A intervenção, directa ou indirecta, em contratos celebrados com a Federação, para além dos que respeitem ao exercício das respectivas funções; _____

c) Relativamente aos órgãos sociais da FPX, o exercício, no seu âmbito, de funções como dirigente de clube ou de associação, árbitro ou técnico no activo. _____

Artigo 13.º

Mandato

1 - O mandato dos titulares dos órgãos da FPX é de quatro anos, em regra coincidentes com o ciclo olímpico. _____

2 - Ninguém pode exercer mais do que três mandatos seguidos num mesmo órgão da FPX, salvo se, na data da entrada em vigor do Regime Jurídico das Federações Desportivas, tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, circunstância em que podem ser eleitos para mais um mandato consecutivo. _____

3 - Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, os titulares dos órgãos não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido. _____

18
Fátima
11/10/11/12/13/14/15/16/17

4 - No caso de um órgão ficar sem quorum constitutivo, haverá eleição de novos titulares para a totalidade do órgão, mas a duração dos mandatos será o período remanescente até ao final do ciclo olímpico em curso. _____

5 - Sem prejuízo do disposto no nº 2, no caso de destituição ou renúncia ao mandato, o cessante não pode candidatar-se ao mesmo órgão nas eleições previstas no número anterior nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia. _____

6 - Perdem o mandato os titulares dos órgãos referidos no nº 1 deste artigo que faltem injustificadamente, em cada época desportiva, três vezes consecutivas ou cinco alternadas às reuniões respectivas. _____

7 - O mandato dos titulares dos órgãos da FPX cessa: _____

a) Quando se verifique uma situação de inelegibilidade ou incompatibilidade superveniente; _____

b) Quando, no exercício das suas funções ou por causa delas, o titular intervenha em contrato no qual tenha interesse, por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa, e, bem assim, quando nele tenha interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim na linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum. _____

8 - Os membros dos órgãos colegiais mencionados no artigo 11.º, com excepção da Assembleia Geral e da Direcção, são eleitos de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos. _____

9 - O regulamento eleitoral da FPX estabelece o procedimento de substituição de titulares no caso de vacatura ou impedimento. _____

Artigo 14.º

Funcionamento dos órgãos

H.9
F.9
F.11
Am

- 1 - Com excepção da Assembleia Geral, os órgãos colegiais só podem deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros. _____
- 2 - As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, salvo nos casos em que, por disposição expressa, se exija outra maioria. _____
- 3 - Os titulares que integram a Direcção não se podem abster nos processos deliberativos deste órgão. _____
- 4 - Em caso de empate na votação, o presidente do órgão tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver realizado por escrutínio secreto. _____
- 5 - De cada reunião será lavrada acta, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, a forma e o conteúdo das deliberações tomadas e o resultado das respectivas votações, bem assim como o teor de eventuais declarações de voto. _____
- 6 - As actas são postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte, sendo depois assinadas pelo presidente e pelo secretário, com excepção das actas das reuniões da Assembleia Geral que devem ser assinadas pelos membros da respectiva Mesa. _____
- 7 - O funcionamento dos órgãos é regulado subsidiariamente pelo regime jurídico das associações de direito privado e pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo. _____

Artigo 15.º

Responsabilidade

- 1 - Os titulares dos órgãos sociais da federação, seus trabalhadores, representantes legais ou auxiliares respondem civilmente perante esta pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários. _____

A. 10
F. 10
S. 10

2 - O direito da EPX a ser indemnizada nos termos do número anterior extingue-se com a aprovação do relatório e das contas, quanto aos elementos que constem daqueles documentos, se os sócios expressamente referirem a remissão do crédito e o devedor se não opuser nos termos gerais. _____

3 - O disposto no número anterior não prejudica: _____

a) A responsabilidade da Federação perante terceiros pelas acções ou omissões dos titulares dos seus órgãos, trabalhadores, representantes legais ou auxiliares, nos termos em que os comitentes respondem pelos actos ou omissões dos seus comissários; _____

b) A responsabilidade da Federação e dos respectivos trabalhadores, titulares dos seus órgãos sociais, representantes legais e auxiliares por acções ou omissões que adoptem no exercício e com prerrogativas de poder público, nos termos do regime juridico da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas de direito público por danos decorrentes do exercício da função administrativa; _____

c) A responsabilidade penal, a responsabilidade contra-ordenacional ou a responsabilidade disciplinar. _____

Artigo 16.º

Moções de censura

1 - A Assembleia Geral pode votar moções de censura aos titulares dos órgãos, em reunião convocada especialmente para o efeito por iniciativa fundamentada de pelo menos 8 delegados ou da totalidade dos delegados representativos de uma categoria de sócios. _____

2 - Os titulares dos órgãos censurados são convocados para comparecer na reunião, querendo, para exercer o seu direito de defesa e contraditório. _____

3 - A aprovação da moção de censura está sujeita à maioria qualificada de 26 votos a favor. _____

H.11.
Fedeção
13
9/Am

4 - Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não podem apresentar outra, com o mesmo conteúdo, na mesma época desportiva. _____

Artigo 17.º

Destituição e renúncia

1 - A aprovação de uma moção de censura implica a destituição do titular do órgão censurado. _____

2 - O titular de um órgão social pode renunciar ao seu mandato através de comunicação escrita dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, que comunica o facto ao presidente do órgão do renunciante e adopta o procedimento de substituição previsto no regulamento eleitoral. _____

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 18.º

Definição e composição

1 - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da FPX e é composta por 40 delegados representantes dos clubes, praticantes, técnicos e árbitros da federação, na seguinte proporção: _____

a) 1 delegado por cada associação territorial de clubes, pelo exercício facultativo do direito de inerência; _____

b) 28 delegados, diminuídos do número da alínea anterior, eleitos pelos clubes que participam nos campeonatos nacionais por equipas em ritmo clássico e pelos restantes clubes das associações que optem por não exercer a faculdade da alínea anterior; _____

c) 6 delegados representantes dos praticantes desportivos; _____

d) 3 delegados representantes dos árbitros; e _____

e) 3 delegados representantes dos técnicos. _____

2 - Nenhum delegado pode representar mais do que uma entidade. _____

no. _____, de _____, de 341

11.12
F. de Azevedo
7/1/17

3 - Sob proposta de quem tiver iniciativa procedimental ou por sua iniciativa, o presidente da Mesa da Assembleia Geral pode convocar para participar nos trabalhos qualquer pessoa que possa prestar esclarecimentos ou dar informações úteis para a discussão da ordem de trabalhos. _____

Artigo 19.º

Funcionamento

1 - A Assembleia Geral reunirá em reuniões ordinárias e extraordinárias. _____

2 - São reuniões ordinárias: _____

a) A realizada até 15 de Abril de cada ano, para apreciação, discussão e votação do relatório e das contas; _____

b) As realizadas de quatro em quatro anos, antes do início do ciclo olímpico, uma para tomada de posse dos delegados à Assembleia Geral e outra para a eleição dos restantes órgãos sociais; _____

c) A realizada até 30 de Novembro de cada ano, para apreciação, discussão e votação do orçamento do ano seguinte. _____

3 - São extraordinárias todas as outras. _____

4 - Compete ao presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar as reuniões da mesma, a solicitação: _____

a) Do Presidente ou da Direcção; _____

b) De um conjunto de pelo menos 8 delegados ou da totalidade dos delegados representativos de uma categoria de sócios, salvo nos casos em que, por disposição expressa, se exija outro número de delegados ou condições. _____

5 - Se, à hora marcada para a reunião, não estiverem presentes mais de metade dos delegados, considera-se convocada nova reunião para meia hora mais tarde, podendo neste caso a Assembleia deliberar por maioria dos delegados presentes, desde que estes representem pelo menos um quarto do total. _____

Artigo 20.º

1.13
Faltados
Luis
Am

Deliberações sociais

- 1 - Cada delegado tem direito a um voto.
- 2 - Não são admitidos votos por representação nem por correspondência. _____
- 3 - As deliberações para a designação dos titulares de órgãos e as que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto. _____
- 4 - Carecem de aprovação por maioria de três quartos dos delegados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos delegados em efectividade de funções, as deliberações relativas a: _____
 - a) Alterações estatutárias; _____
 - b) Concessão dos títulos de sócio de mérito e de sócio honorário; _____
 - c) Aquisição ou alienação de bens imóveis. _____
- 5 - Carece de aprovação por maioria de três quartos de todos os delegados a deliberação relativa à dissolução da FPX. _____

Artigo 21.º

Competências

- 1 - Compete em exclusivo à Assembleia Geral: _____
 - a) A eleição e a destituição da Mesa da Assembleia Geral; _____
 - b) A eleição e a destituição dos órgãos sociais; _____
 - c) A aprovação do relatório, do balanço, do orçamento e dos documentos de prestação de contas; _____
 - d) A aprovação e a alteração dos estatutos; _____
 - e) A aprovação da proposta de extinção da Federação; _____
 - f) A aprovação de quaisquer propostas que não caibam na competência de outro órgão social; _____
 - g) A aprovação da aquisição ou alienação de bens imóveis; _____
 - h) A aprovação da atribuição de distinções honoríficas; _____

11.14
Faltoso
11/10
1/10/7

i) A aprovação das propostas da Direcção relativas ao valor das quotizações; _____

j) A remissão das dividas previstas no artigo 15.º, n.º 2. _____

2 - Por requerimento subscrito por um mínimo de 8 delegados, a Assembleia Geral pode apreciar, para efeitos de cessação da sua vigência ou de aprovação de alterações, qualquer regulamento federativo. _____

3 - O requerimento referido no número anterior deve ser apresentado no prazo de 30 dias após a aprovação do regulamento em causa e a respectiva aprovação só pode produzir efeitos a partir do início da época desportiva seguinte. _____

Artigo 22.º

Assembleias eleitorais

As eleições são reguladas pelo disposto no Regulamento Eleitoral da Federação Portuguesa de Xadrez. _____

SECÇÃO III

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 23.º

Composição e competência

1 - À Mesa da Assembleia Geral cabe dirigir as reuniões da Assembleia Geral da FPX. _____

2 - A Mesa é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos de e por entre os delegados à Assembleia Geral. _____

3 - Compete ao presidente da Mesa: _____

a) Convocar as reuniões ordinárias com a antecedência mínima de 15 dias e as extraordinárias com a antecedência mínima de 8 dias, através de aviso convocatório publicado no sítio na Internet da FPX com a indicação da ordem de trabalhos, do qual será dado conhecimento aos delegados através de mensagens de correio electrónico ou telefónicas, sem prejuízo do estabelecido no artigo 174º do Código Civil; _____

H. 15
F. 15
7/10/1977

b) Preparar, abrir, dirigir e encerrar as reuniões; _____

c) Dar posse aos membros dos órgãos sociais eleitos; _____

d) Exercer as competências que lhe são atribuídas pelo regulamento eleitoral. _____

4 - Compete ao vice-presidente da Mesa: _____

a) Substituir o presidente na sua falta ou impedimento; _____

b) Coadjuvar o presidente nos trabalhos que àquele estejam cometidos. _____

5 - Compete ao secretário da Mesa: _____

a) Redigir as actas das reuniões, bem como ler o expediente e demais documentos apresentados no decurso dos trabalhos; _____

b) Lavrar os autos de posse, bem como assegurar todo o expediente entre sessões;

c) Receber os pedidos de inscrição para as intervenções, bem como verificar a qualidade e capacidade dos oradores. _____

SECÇÃO IV

PRESIDENTE

Artigo 24.º

Função e competência

1 - O Presidente representa a FPX, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos. _____

2 - Compete ao Presidente da FPX: _____

a) Representar a FPX junto da Administração Pública; _____

b) Representar a FPX junto das organizações congéneres nacionais, estrangeiras e internacionais; _____

c) Representar a FPX em juízo; _____

d) Convocar as reuniões da Direcção e dirigir os respectivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações; _____

e) Solicitar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão; _____

no. _____ Pa. 3.45

11.16
Facturas
LMO
3/1/17

- f) Participar, quando entenda conveniente, nas reuniões de quaisquer órgãos federativos de que não seja membro, podendo intervir na discussão sem direito a voto; _____
- g) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços; _____
- h) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da FPX. _____

SECÇÃO V

DIRECÇÃO

Artigo 25.º

Definição, composição e competência

- 1 - A Direcção é o órgão colegial de administração da FPX. _____
- 2 - A Direcção é composta por um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e três vogais. _____
- 2 - O Presidente integra a Direcção, a que preside. _____
- 3 - Fora da competência exclusiva do Presidente, a FPX obriga-se em todos os seus actos com a assinatura conjunta de dois membros da Direcção, sendo obrigatório que uma delas seja a do presidente ou a do tesoureiro. _____
- 4 - Compete à Direcção administrar a Federação, incumbindo-lhe, designadamente:
 - a) Aprovar os regulamentos; _____
 - b) Organizar as selecções nacionais; _____
 - c) Organizar as competições desportivas; _____
 - d) Elaborar os protocolos para a organização das provas das várias especialidades, que serão objecto de regulamento próprio; _____
 - e) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos sócios; _____
 - f) Elaborar anualmente o plano de actividades; _____
 - g) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas; _____

11.17
Faltas
1191
Am7

h) Administrar os negócios da Federação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos; _____

i) Zelar pelo cumprimento dos estatutos, dos regulamentos e das deliberações dos órgãos da Federação. _____

SECÇÃO VI

CONSELHO FISCAL

Artigo 26.º

Definição, composição e competência

1 - O Conselho Fiscal fiscaliza os actos de administração financeira da FPX. _____

2 - É composto por um presidente, um relator e um secretário e compete-lhe: _____

a) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas, sem prejuízo do disposto no número seguinte; _____

b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; _____

c) Acompanhar o funcionamento da Federação, participando aos órgãos competentes as irregularidades financeiras de que tenha conhecimento. _____

3 - Quando um dos membros do Conselho Fiscal não tenha tal qualidade, as contas das federações desportivas são, obrigatoriamente, certificadas por um revisor oficial de contas antes da sua aprovação em Assembleia Geral. _____

SECÇÃO VII

CONSELHO DE DISCIPLINA

Artigo 27.º

Definição, composição e competência

1 - O Conselho de Disciplina é o órgão detentor do poder disciplinar desportivo da FPX. _____

2 - É constituído por um presidente, que deve ser licenciado em Direito, um vice-presidente e um secretário. _____

A. 18
F. 18
F. 20
A. 7

3 - Além de outras competências previstas no regulamento disciplinar da FPX, ao Conselho de Disciplina cabe apreciar e punir, de acordo com a lei e os regulamentos, as infracções disciplinares em matéria desportiva. _____

SECÇÃO VIII

CONSELHO DE JUSTIÇA

Artigo 28.º

Definição, composição e competência

- 1 - O Conselho de Justiça é o órgão de recurso das decisões disciplinares em matéria desportiva. _____
- 2 - É constituído por um presidente, que deve ser licenciado em Direito, um vice-presidente e um secretário. _____
- 3 - Além de outras competências previstas no regulamento disciplinar da FPX, ao Conselho de Justiça compete: _____
 - a) Decidir os recursos interpostos das decisões disciplinares, em matéria desportiva, proferidas pelo Conselho de Disciplina; _____
 - b) Apoiar os órgãos sociais na interpretação dos estatutos, regulamentos e disposições legais do âmbito do desporto, quando solicitado. _____

SECÇÃO IX

CONSELHO DE ARBITRAGEM

Artigo 29.º

Composição e competência

- 1 - O Conselho de Arbitragem é constituído por um presidente, um vice-presidente e um secretário. _____
- 2 - Ao Conselho de Arbitragem compete coordenar e administrar a actividade da arbitragem, estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros e proceder à classificação técnica destes. _____

CAPÍTULO IV

11.19
Feteira
21/5/19

REGIME DISCIPLINAR

Artigo 30.º

Regulamento disciplinar e Justiça desportiva

- 1 - A FPX deve dispor de um regulamento disciplinar com vista a sancionar a violação das regras de jogo ou da competição, bem como as demais regras desportivas, nomeadamente as relativas à defesa da ética desportiva. _____
- 2 - São normas de defesa da ética desportiva que devem constar do regulamento disciplinar as que visem sancionar a violência, a dopagem, a corrupção, o racismo e a xenofobia, bem como quaisquer outras manifestações de perversão do fenómeno desportivo. _____
- 3 - Os litígios emergentes dos actos e omissões dos órgãos da FPX no âmbito de poderes públicos estão sujeitos às normas do contencioso administrativo, ficando sempre salvaguardados os efeitos desportivos entretanto validamente produzidos ao abrigo da última decisão da instância competente na ordem desportiva. _____
- 4 - Não são susceptíveis de recurso fora das instâncias competentes na ordem desportiva as decisões e deliberações sobre questões estritamente desportivas. _____
- 5 - São questões estritamente desportivas as que tenham por fundamento normas de natureza técnica ou de carácter disciplinar, enquanto questões emergentes da aplicação das leis do jogo, dos regulamentos e das regras de organização das respectivas competições. _____
- 6 - Para efeitos do disposto no número anterior, as decisões e deliberações disciplinares relativas a infracções reguladas pelas normas do nº 2 deste artigo não são matérias estritamente desportivas. _____
- 7 - Os litígios relativos a questões estritamente desportivas podem ser resolvidos por recurso à arbitragem ou mediação. _____

Artigo 31.º

Princípios gerais

no. _____ a. 349

H. 20
Fátima
12/1/17

O regulamento disciplinar deve prever, designadamente, as seguintes matérias: _____

- a) Sujeição dos agentes desportivos a deveres gerais e especiais de conduta que tutelem, designadamente, os valores da ética desportiva e da transparência e verdade das competições desportivas, com o estabelecimento de sanções determinadas pela gravidade da sua violação; _____
- b) Observância dos princípios da igualdade, irretroactividade e proporcionalidade na aplicação de sanções; _____
- c) Exclusão das penas de irradiação ou de duração indeterminada; _____
- d) Enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a responsabilidade do infractor, bem como os requisitos da extinção desta; _____
- e) Exigência de processo disciplinar para a aplicação de sanções quando estejam em causa as infracções mais graves e, em qualquer caso, quando a sanção a aplicar determine a suspensão de actividade por um período superior a um mês; _____
- f) Consagração das garantias de defesa do arguido, designadamente exigindo que a acusação seja suficientemente esclarecedora dos factos determinantes do exercício do poder disciplinar e estabelecendo a obrigatoriedade de audiência do arguido nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar; _____
- g) Garantia de recurso, seja ou não obrigatória a instauração de processo disciplinar. _____

Artigo 32.º

Âmbito do poder disciplinar

No âmbito desportivo, o poder disciplinar da FPX exerce-se sobre os clubes, dirigentes, praticantes, técnicos e árbitros. _____

Artigo 33.º

Responsabilidade disciplinar

1.21
Petele
23
Am

O regime da responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade civil, penal ou contra-ordenacional. _____

Artigo 34.º

Participação obrigatória

Se a infracção revestir carácter contra-ordenacional ou criminal, o órgão disciplinar deve dar conhecimento do facto às entidades competentes. _____

Artigo 35.º

Reincidência e concurso de infracções

Para efeitos disciplinares, os conceitos de reincidência e de concurso de infracções são idênticos aos constantes no Código Penal. _____

CAPÍTULO V

Competições e selecções nacionais

Artigo 36.º

Competições

1 - As competições organizadas com vista à atribuição de títulos nacionais ou outros de carácter oficial, bem como as destinadas a apurar os praticantes ou clubes desportivos que hão-de representar o País em competições internacionais, devem obedecer aos seguintes princípios: _____

a) Liberdade de acesso de todos os agentes desportivos e clubes com sede em território nacional que se encontrem regularmente filiados na FPX e preencham os requisitos de participação por ela definidos; _____

b) Igualdade de todos os praticantes no desenvolvimento da competição, sem prejuízo dos escalonamentos estabelecidos com base em critérios exclusivamente desportivos; _____

11.22
F. Albaladejo
12/1/2017

c) Publicidade dos regulamentos próprios de cada competição, bem como das decisões que os apliquem, e, quando reduzidas a escrito, das razões que as fundamentam; _____

d) Imparcialidade e isenção no julgamento das questões que se suscitarem em matéria técnica e disciplinar. _____

2 - As designações a utilizar devem ser distintas para as competições nacionais, regionais ou distritais, sem prejuízo da utilização de outras designações complementares decorrentes de compromissos publicitários ou de patrocínio. _____

Artigo 37.º

Condições de reconhecimento de títulos

1 — As competições organizadas pela FPX, ou no seu âmbito, que atribuam títulos nacionais ou territoriais, disputam-se em território nacional. _____

2 — As competições referidas no número anterior são disputadas por clubes com sede em território nacional, só podendo ser atribuídos títulos, nas provas individuais, a cidadãos nacionais. _____

Artigo 38.º

Seleccões nacionais

1 — A participação em selecção nacional é reservada a cidadãos nacionais. _____

2 — As condições a que obedece a participação dos praticantes nas selecções nacionais são definidas pelo regulamento das representações nacionais, tendo em consideração o interesse público dessa participação e os legítimos interesses da Federação, dos clubes e dos praticantes. _____

3 — A participação nas selecções nacionais é obrigatória, salvo motivo justificado, para os praticantes que tenham beneficiado de medidas específicas de apoio no âmbito do regime de alto rendimento desportivo. _____

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

no. _____, fls. 352

H. 23
225
1

Artigo 39.º

Norma transitória

A duração do primeiro mandato dos órgãos sociais da FPX eleitos sob a vigência destes Estatutos termina em 2012, seguindo-se nos mandatos seguintes o estipulado no nº 1 do artigo 13.º. _____

Artigo 40.º

Norma revogatória

São revogados os estatutos aprovados em 17 de Dezembro de 1998. _____

Artigo 41.º

Entrada em vigor

1 – Internamente, os presentes estatutos entram em vigor após a sua publicação no sítio na Internet da FPX. _____

2 – Enquanto não forem publicados, na sequência da celebração de escritura pública prevista no artigo 168.º do Código Civil, estes estatutos não produzem efeitos em relação a terceiros. _____

João Carlos Coelho
A notária,
faria falta a celebração dos votos